

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

Banco de Dados de coleções etnográficas brasileiras

Marco Brandão, UFF, <https://orcid.org/0000-0001-6045-482X>, Brasil,
marcobrandao@id.uff.br

Jully Reis, UFF, <https://orcid.org/0000-0003-1546-2403>, Brasil, reisjully@id.uff.br

Eixo: Organização da Informação

1 Introdução

Os bancos de dados digitais (BD) representam um recurso essencial para a gestão informacional contemporânea, com aplicações diretas nos negócios, na ciência e na formulação de políticas públicas. No que tange às competências técnicas e operacionais constitutivas de uma sociedade interconectada por sistemas de informação, que utilizam BDs estruturados com múltiplas características e finalidades, destaca-se o uso de ferramentas computacionais nas atividades científicas e acadêmicas. O advento da Internet na década de 1990, entre outras influências técnicas e metodológicas, contribuiu para a efervescência dos projetos de digitalização e disponibilização *online* de fontes que transformaram substancialmente a relação dos investigadores com o mundo digital (Alves, 2016).

Nesse panorama de democratização dos recursos informáticos e do entorno virtual, somado às incorporações de métodos que promoveram mudanças técnico-científicas ao oportunizar a criação de redes de interação e investigação entre pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, com efeito, tornou viável a aplicação e publicização de teorias das humanidades por meio de *softwares* e plataformas digitais.

A consolidação de práticas de pesquisa interdisciplinares, envolvendo a colaboração de profissionais que se valem dos atributos digitais para interagir, investigar, aplicar e

divulgar o saber e a produção científica, se apresenta como alguns dos estímulos e oportunidades que a convergência entre as Ciências Humanas e a Tecnologia da Informação (TI) oferece. Assim, configura-se uma das amplas definições possíveis da atuação acadêmica no campo das Humanidades Digitais (HD), especialidade fundamentalmente dinâmica, cuja *práxis* investigativa é transversal, incapaz de ser reduzida a uma única forma, disciplina ou instituição, em função das “comunidades fluídas de prática” (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, p. 94) que colaborativamente exploram a aplicabilidade e difusão das disciplinas humanísticas, escopo metodológico do qual este trabalho se apresenta como expressão.

Delineiam-se, mediante a tendência interdisciplinar das “comunidades de prática” (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, pp. 95), novas formas de segmentar e difundir o conhecimento histórico, antropológico, filosófico, sociológico etc., impactando as possibilidades de organização e disponibilidade das informações para sistematizá-las em uma unidade lógica, estruturada, contextualizada e funcional, formando um conjunto de requisitos e operações impreteríveis à elaboração de um BD (Brandão & Reis, 2025).

Em particular, no campo da Museologia e da Antropologia brasileira, a organização e representação digital de informações culturais torna-se ainda mais relevante diante dos

desafios de localização, documentação e preservação de acervos. Dimensionar a existência dessas tensões é, sobretudo, reconhecer os entraves que condicionam os métodos de aplicação das formulações teóricas. No âmbito do presente trabalho, ampliar as fronteiras disciplinares tradicionais com novas formas de pensar e produzir o conhecimento, a partir de tecnologias digitais, implica converter a abordagem geográfica e polissêmica das coleções constituintes de patrimônios plurais, profundamente conectadas a seus contextos de origem e às instituições que as salvaguardam, em um produto delimitado pela univocidade dos termos.

A transformação das múltiplas interpretações antropológicas para uma solução semântica, necessária à natureza técnica da TI, caracteriza uma transposição baseada em critérios seletivos e simplificadores que possam estabelecer taxonomias a serem empregadas, bem como as tipologias de povos, comunidades, segmentos sociais e expressões culturais relacionados às coleções etnográficas que serão representadas, assim, concebendo uma especificação da informação em detrimento de outras que não foram designadas.

Trata-se, porém, de uma seleção cuja origem não se restringe às “regras preditivas da TI” (Wazlawick, 2010), mas sim é anterior a elas: os documentos que compõem um arquivo derivam de um processo que os tornou elegíveis à preservação. Frente aos critérios de seleção que optam por preservar determinados documentos, ao passo que outros são descartados, o próprio acervo documental, na qualidade de um conjunto de itens que foram classificados segundo sua utilidade e, posteriormente, preservados para consecução de seus objetivos, endossa o atributo funcional da preservação como um privilégio (Mbembe, 2002).

Tendo em vista que os acervos musealizados também passam por iniciativas compartilhadas de curadoria para serem preservados e expostos – embora para finalidades culturais,

diferentemente do arquivo – avaliam-se conceitualmente ambas as composições de acervo como processos de seleção. Dessa maneira, o exercício de definir e operacionalizar taxonomias, seja nas concepções da Antropologia e da Museologia, seja nos recursos informáticos da TI, não subverte tampouco sobrepõe os valores particulares de cada área disciplinar, posto que um BD, em termos aplicados, não será reducionista em razão da polissemia não ser tecnicamente possível, assim como os acervos musealizados, que envolvem curadores antropólogos, são incapazes de representar todos os povos e segmentos sociais com suas nuances, complexidades e significados em uma única exposição. Em sua expressão digital ou material, as manifestações desses acervos são produtos de um recorte.

Revela-se, portanto, uma problemática circunscrita nas concepções arquivísticas e museais: quais são os critérios para eleger o que deve ser documentado, preservado e disponibilizado ao público? E como fazê-lo em contextos digitais? Preliminarmente, registra-se que o ofício museológico, em especial, converte o patrimônio histórico em herança, fruto de uma inerente apropriação Ocidental que os museus têm procurado se opor através de experiências de diálogo *com* e *para* o protagonismo dos agentes envolvidos, além de debater as bases desses sistemas (Wichers, 2019). As narrativas expositivas dos museus que se propõem a canalizar a expressividade das memórias, das coleções, dos acervos, criam enunciados sobre o passado que se aproximam das práticas decoloniais quando, a título de exemplo, privilegiam as experiências das comunidades, alteram a seleção e a disposição das peças a partir da interação pública, e geram novos sentidos que passam a integrar o campo referencial ao qual os acervos estão relacionados. A circularidade do saber na dimensão pública, sem se limitar à perspectiva historiográfica-acadêmica, produz novos questionamentos e interpretações para as formas de se apresentar um acervo nos espaços de conhecimento.

Contudo, as limitações de construção dos patrimônios etnográficos – desde a formulação do conceito “coleção” que resulta do colonialismo – refletem na constituição semântica e seletiva do BD deste Projeto que, assim como (e baseado nas) instituições de memória, nos conceitos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Museologia, estabelece quais serão os registros informacionais representados e as formas pelas quais será possível rastreá-los no BD, por meio de procedimentos de concepção e implementação tidos como fundamentais às etapas de desenvolvimento: (1) análises dos objetivos e requisitos de estruturação do banco e (2) definição dos parâmetros indexadores que estabelecem a organização, a modelagem e a padronização dos dados.

Nesse escopo de atuação convergente com os campos da TI e da Antropologia, pretende-se contribuir para o conhecimento do público amplo, sobretudo dos detentores associados às coleções etnográficas, mas também de interação, de modo que o BD opere como um meio de reparação histórica ao disponibilizar as informações desses acervos e dialogar com os povos representados por estas culturas em consonância às políticas de democratização dos registros museológicos.

Para tanto, este trabalho apresenta os aspectos conceituais, metodológicos e técnicos do desenvolvimento do BD do projeto “Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil”, coordenado pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O objetivo geral da pesquisa é criar um BD nacional e interoperável desenvolvido no *software* brasileiro Tainacan, um *plugin* de gestão de conteúdo do *WordPress*, que permita reunir, sistematizar e disponibilizar informações sobre coleções etnográficas, promovendo o acesso público e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Identificam-se os pontos pertinentes à discussão das categorias antropológicas e as

funcionalidades da TI, no que concerne aos processos de gestão informacional, para amplificar as características – assim como as limitações – dos acervos musealizados. À vista disso, aprofundar a experiência metodológica de estruturação do BD de coleções etnográficas, disponibilizado em uma plataforma *online*, alinhado e correspondendo a um dos produtos da Política Nacional de Museus (PNM) (Russi *et al.*, 2024), implementada no país com o objetivo de ampliar o acesso à cultura, à memória e à cidadania por meio da democratização e qualificação do setor museológico.

Como resultado, para além da interdisciplinaridade praticada por um grupo de pesquisadores articulados e distribuídos geograficamente em todo o território nacional, cujas competências investigativas são desempenhadas por meio das tecnologias digitais – de acordo com as prerrogativas teórico-metodológicas do campo das HD (Alves, 2016) – o Projeto também promove a transposição do conhecimento acadêmico para o público geral, em conformidade com outra vertente central desta atuação e abordagem interdisciplinar.

2 Do arquivo ao museu: as fronteiras dos acervos

Achille Mbembe (2002) conceitua o arquivo, em um imaginário instituinte, como um “*status* de privilégio”. Há de se considerar uma perspectiva à margem ao elucidar os critérios de arquivabilidade dos documentos, uma vez que o processo seletivo, discriminatório e classificatório da atividade arquivística é fundamentalmente uma ação de julgamento: para a peça documental que será destinada ao arquivo, situada fora de sua materialidade pois, deixa de pertencer a seu autor para servir à história que a torna possível, é concedido esse *status*.

Em oposição ao privilégio do arquivável, está a recusa da mesma concessão a outras peças documentais, transformando-as em documentos não suscetíveis ao registro arquivístico. Este contraste credibilizado a

partir do seu sentido, sobressai os poderes da instituição e seu potencial excludente na gestão e constituição dos acervos, emergindo novas possibilidades de discussão e crítica aos discursos arquivados, às classificações e às disputas de narrativa.

Paulatinamente, assim como os arquivos, os museus têm sido interpelados a pensar a construção desses sistemas de seleção e organização dos patrimônios (Wichers, 2019). Decerto, a Museologia Social precisamente assumiu um papel de destaque por atuar junto a movimentos sociais, uma vertente que deriva desses esforços que buscam diminuir a relação assimétrica entre as instituições museais – tradicionalmente associadas a uma finalidade historiográfica-acadêmica que não praticava uma curadoria dialógica – e o público amplo, que deve ser mais participativo à medida que pensa o museu como um lugar social de produção do conhecimento histórico e da memória social, cujas exposições tenderão a suscitar mais perguntas do que respostas, contribuindo para que os acervos musealizados passem a ter novos interlocutores que leem a história para o tempo presente (Knauss & Carvalho, 2019).

Essas transformações do enfoque e do fazer museológico têm como base a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pela UNESCO em parceria com o Comitê Internacional dos Museus (ICOM), realizada no ano de 1972, na qual o conceito de “museu integral” foi proposto. Institucionalmente, mais que comprometida com a transformação social resultante da proposição conceitual, a nova museologia instrumentaliza a circularidade do saber na esfera pública, alterando seus processos de curadoria para selecionar, contextualizar, interpretar temas e objetos para as exposições de maneira compartilhada, em conjunto com os agentes envolvidos no contexto de uso e posse das peças.

Por meio delas, é possível retratar biografias individuais que, quando dispostas em uma coleção, passam a traduzir significados coletivos (Knauss & Carvalho, 2019). E com isso, vai além: insere a questão da educação

museal como um dos principais desdobramentos do “museu integral”, repondo saberes tradicionais e adicionando ou renovando pontos de vista, aspecto que resvala nas novas reflexões da Antropologia acerca do patrimônio cultural, com ênfase em práticas decoloniais e participativas (Ribeiro, 1994; Russi *et al.*, 2022).

A reestruturação do passado pelas lentes do presente nesses moldes, seguida de uma agenda política pós-colonial com práticas museológicas que promovem a mediação cultural, indica a vocação excedente dos discursos históricos, retirando-os do “*locus* da fala impossível” (Hartman, 2020) imposta pelo arquivo, e reinscrevendo-os em novos formatos de narrativa da memória.

Antes, se a constituição de um acervo foi orientada e preservada de acordo com as competências de uma autoridade inquestionável (Mbembe, 2002), amplificando a discrepância do arquivo, mediante uma educação museal que se propõe decolonial em suas práticas, constata-se novas experiências e métodos de elaboração da história e das memórias que serão acessadas. Nesse sentido, surge uma “narrativa recombinante”, que entrelaça as temporalidades do presente, passado e futuro (Hartman, 2020) a partir das interlocuções com os detentores das memórias, explorando a incomensurabilidade dos significados dos artefatos que são importantes para os coletivos e segmentos sociais associados aos saberes, fazeres e usos dos objetos das coleções musealizadas.

2.1 A memória e a intersecção com o contexto digital

Interessa a este Projeto que os modelos tradicionais de museus sejam confrontados, propondo novas formas de autorrepresentação, custódia compartilhada e uso social da informação (ICOM, 2018). A este propósito, compreende-se que o termo “coleções” envolve um “conjunto de objetos naturais e artificiais, reunidos por pessoas ou instituições, que perderam seu valor de uso”

(Caderno de Diretrizes Museológicas 1, 2006, citado em Wichers, 2019, p. 58).

Portanto, as coleções etnográficas aqui tratadas são concebidas pela Antropologia e deslocadas do seu contexto de uso para o contexto museal (Wichers, 2019). Ainda que as práticas de colecionismo sejam heranças do pensamento colonial, neste movimento atual de concepção da coleção, o exercício curatorial dos antropólogos e museólogos é incessantemente debatido para produzir a descolonização do seu próprio pensar, mergulhando em outro universo conceitual.

Lança-se um “olhar etnográfico” (Oliveira, 1996) para as coleções, na tentativa de ocupar o ponto de vista de um nativo, de modo que a “situação paradoxal de tornar-se estrangeiro em relação ao seu próprio pensamento, estranhando-o, e ao mesmo tempo tornar-se nativo de um pensamento estrangeiro, borrando os limites entre ambos” (Rocha, 2012, p. 183), será determinante para a produção de uma historiografia que amplia os limites de silêncio produzidos pelo arquivo, extraíndo o conhecimento histórico originalmente atribuído a um plano estático para inseri-lo em um lugar identitário. Já na categoria central da Museologia, a memória, que é reiteradamente disputada no espaço museal em função de sua seletividade e dinamismo, é expressa na identificação da coerência e da consistência das coleções, indicando as relações existentes entre as peças que foram reunidas em um conjunto.

Em uma narrativa contada a partir da História, mas que busca ultrapassar as concepções arquivísticas e museais, os acervos musealizados serão abordados sob novas matrizes epistemológicas e reformulados em novos enquadramentos discursivos. Este horizonte decolonial da operação museológica implica transformações de ordem cultural vinculadas à promoção de políticas públicas, sobretudo com ênfase no uso de tecnologias, principalmente as digitais, para a democratização do acesso aos acervos.

De acordo com Luchesi *et al.* (2018, p. 75), a fim de ampliar o acesso do público ao conhecimento histórico, a História Digital deve esclarecer e dominar o vocabulário e os mecanismos técnicos que estruturam o espaço público virtual. No entanto, o presente trabalho retoma o conceito de “comunidades de prática” (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, p. 95) do campo das HD, para indicá-lo como abordagem alternativa para lidar com os desafios que as novas tecnologias impõem, seja aos museus, seja a outras disciplinas das humanidades que visam a ampla divulgação do conhecimento acadêmico.

A esta tendência de proposta articulada interdisciplinarmente, não escapam as particularidades de cada área. No âmbito das HD e deste trabalho, cujo Projeto possui abrangência nacional, a estratégia adotada pela ABA para o desenvolvimento do mapeamento das coleções etnográficas foi o estabelecimento de uma rede de pesquisadores organizados por regiões no país e, administrativamente, a gestão do Projeto se dá através de três equipes: (1) a de pesquisa (PE), que se concentra na continuidade da coleta de dados relativos ao mapeamento; a de desenvolvimento do banco de dados (BD), que visa disponibilizar os dados da pesquisa em uma plataforma digital; e a equipe de difusão (DF), que atua na publicidade e promoção das ações do Projeto, aqui entendidas as de Educação e também a própria divulgação da plataforma digital.

Tendo em vista que este trabalho fundamenta-se nos estudos da TI e da Museologia digital, articulando conceitos de metadados, interoperabilidade e representação da informação (Araraki & Arakaki, 2021; Martins *et al.*, 2018), a construção do BD se apoia em tecnologias abertas como o Tainacan e o MySQL, cuja estrutura relacional possibilita a organização lógica, contextualizada e funcional de dados complexos (López, 2024; Smart Data, 2023).

Essa abordagem técnica está em consonância com os princípios da Ciência da Informação, que defendem a necessidade de normalização

terminológica, controle de vocabulário e estrutura semântica como fundamentos para garantir a recuperação eficiente e significativa dos registros informacionais (Bates, 2006; Marcondes, 2004). Além disso, ao considerar as especificidades das coleções etnográficas, o projeto adota uma perspectiva crítica e decolonial na modelagem do banco, respeitando os contextos socioculturais dos acervos e valorizando as formas locais de organização do conhecimento (Capurro, 2010; Frohmann, 2004).

A escolha pelo uso do Tainacan, portanto, enquanto recurso voltado à construção de repositórios digitais interoperáveis em ambientes *WordPress*, demonstra também a preocupação em democratizar o acesso às ferramentas de curadoria digital, na medida em que atendem a públicos diversos e promovem usos educativos e colaborativos do acervo (Ferreira et al., 2023). Assim, o desenvolvimento do BD integra critérios técnicos e epistemológicos, conectando infraestrutura tecnológica, práticas informacionais e valorização do patrimônio cultural de modo coerente com as exigências contemporâneas da gestão digital de coleções (Silva, 2012; Rossi et al., 2024).

Assim, por meio de um BD disponível em uma plataforma *online*, os acervos musealizados obtêm uma nova concepção de sentido, posto que o exercício curatorial é aberto e livre ao público que pode, por exemplo, relacionar coleções de uma mesma tipologia em instituições distintas, mediante buscas e filtragens, criando seus próprios modos de exposição das informações em um repositório virtual (Knauss & Carvalho, 2019). A seguir, se descreve a metodologia incorporada a cada uma das fases de criação deste BD que oportuniza esta e outras funcionalidades.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa-exploratória com procedimentos documentais e participativos. O universo da investigação envolve instituições museológicas, arquivos, bibliotecas e centros culturais que preservam

acervos etnográficos em todo o território brasileiro. A coleta de dados foi conduzida por uma rede nacional de articuladores regionais, responsáveis por mapear e registrar as coleções com base em um formulário-padrão - a Ficha A (F1), aprovado pela ABA (2018) (Figura 1).

Figura 1 – Formulário-padrão (F1)

Fonte: ABA (2023).

A estruturação do BD teve início, portanto, com o F1: este instrumento foi transformado digitalmente em planilhas, doravante denominadas F2, as quais serviram de base a uma estrutura de banco de dados relacional em SQL - *Structured query language* (Smart Data, 2023). As informações foram normalizadas para o registro padronizado no F2, com o devido controle de vocabulário para garantir interoperabilidade, rastreabilidade e recuperação eficaz da informação por meio do cruzamento semântico e estrutural dos metadados. O Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (DBMS), o MySQL, utiliza uma interface dada pelo *software WordPress*, o *plugin* (aplicação) chamado Tainacan (Figura 2).

Figura 2 – Interface do Tainacan



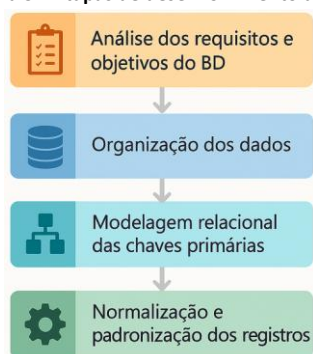
Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025).

O Tainacan é um *free software* brasileiro que permite a criação, gestão e publicação de repositórios digitais de acervos culturais, científicos e educacionais de forma acessível, flexível e interoperável. Criado em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), oferece uma solução robusta para a organização e disponibilidade de dados sobre coleções em ambientes virtuais, com suporte a metadados personalizados, taxonomias, filtros e integração com padrões internacionais como *Dublin Core* e *OAI-PMH* (Tainacan, 2024).

Portanto, a escolha do DBMS MySQL e do Tainacan para o desenvolvimento do BD envolve, entre outros fatores, estratégias de popularidade e interoperabilidade, uma vez que essas tecnologias garantem o acesso ao BD com outros e diversos DBMS, com segurança e confiabilidade ao sistema.

O desenvolvimento de um BD adequado ao campo de conhecimento e às especificações do Projeto, se deu em quatro etapas principais relacionadas e representadas na figura 3:

Figura 3 – Etapas de desenvolvimento do BD



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os desafios também envolveram as perspectivas de contemplar diferentes usuários do BD: especialistas, pesquisadores, professores, estudantes, acadêmicos, as comunidades representadas pelas coleções, crianças, o público em geral, entre outros. Por esse motivo, o projeto possui um forte apelo educativo, com ações de difusão e usos do BD

como material educativo exemplificado na figura 4.

Figura 4 – Ações de difusão e educação do Projeto



Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025).

Nesse mesmo sentido, a metodologia do trabalho envolveu o que Velázquez (2006) registra sobre a necessidade de colaboração de diferentes profissionais em serviços de informação de projetos interdisciplinares. Tomando como exemplo as necessidades informacionais das comunidades indígenas, o autor destaca a importância de um grupo de trabalho que incluía sociólogos, antropólogos, linguistas, historiadores e engenheiros da computação ou informática, configurando a atuação acadêmica do campo das HD, dada a dinâmica desta *práxis* metodológica.

Da mesma forma neste projeto, ao se transpor os dados do F1 pelos pesquisadores - localizados em diferentes e distantes regiões do Brasil - para uma linguagem de máquina, somado ao fato das informações estarem registradas em diferentes formatos (papel, arquivos .doc, .pdf etc.) e sem padronização, identificou-se um outro desafio técnico: o encontro entre a área da Antropologia, caracterizada por uma linguagem natural e polissêmica, e a área da TI, que necessita de uma linguagem controlada e pré-determinada. Assim, a colaboração desta equipe

interdisciplinar de profissionais foi fundamental para alinhar os requisitos e interesses das áreas, especialmente neste projeto, que incorpora além das questões indígenas, taxonomias de coleções etnográficas pertencentes a outros povos e culturas.

A convergência entre a Antropologia e a TI no âmbito das HD, revelou também uma preocupação dos pesquisadores em limitar os termos para garantir a funcionalidade do BD, de forma que as informações possam ser recuperadas sem comprometer os contextos das taxonomias que se relacionam ou que possuem significados equivalentes, mas que poderiam ser interpretadas como diferentes no sistema do BD. Isso porque, considerando as inúmeras possibilidades de registros informacionais, poder-se-ia haver sobreposição de dados, a exemplo do campo “tipologias”, que permite o preenchimento com mais de uma opção (indígena, sertanejo, extrativista etc.).

Dessa maneira, considerando essas variações possíveis na ocorrência informacional, os 36 (trinta e seis) campos do F1 foram compreendidos e convertidos como chaves primárias do BD, ou seja, foram modelados eletronicamente para incorporar todas as possibilidades de registros e recuperação da informação, com a criação de seus respectivos metadados e relações no F2.

No entanto, estruturar este BD também se revelou como um desafio metodológico pela necessidade de identificação ou criação de padrões para uma variedade de tipologias, categorias e formatos de materiais que produzem dados distintos, mas que precisam estar relacionados em um único BD (e.g.: uma coleção no museu, em um centro cultural, em uma comunidade etc.). Sem um modelo, foi necessário criar metadados estruturais que permitissem relações entre partes dos recursos entre si, integrando metadados e sinalizações para outras características estruturais ou semânticas dentro do conteúdo (Araraki & Arakaki, 2021). Uma vez definidos os metadados estruturais e finalizada a fase de modelagem dos dados, procedeu-se ao

desenvolvimento do repositório virtual no Tainacan.

A importância desse processo e solução tecnológica não se baseia somente na análise das necessidades informacionais das coleções etnográficas com relação às possibilidades do *software*, ou seja, transformar em metadados os registros das informações coletadas: esse processo e solução são o que garantem a eficiência na recuperação da informação, não apenas dentro do BD constituído, como também fora dele, uma vez que assim ele poderá adaptar-se outros DBMS, permitir e otimizar a comunicação, a visualização e a difusão das coleções digitais.

4 Resultados

O Projeto Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil está inserido no contexto da Política Nacional de Museus (PNM) deste país (Russi *et al.*, 2024). O seu desenvolvimento tem apontado para resultados promissores que, embora ainda em curso, já podem ser identificados no bojo de suas ações e entregas.

Com efeito, podemos enumerar cinco grupos de resultados, tendo-se como o principal o BD do Projeto em ambiente virtual.

4.1 Mapeamento e localização das coleções

O primeiro resultado se refere ao conhecimento proveniente da atividade de pesquisa do Projeto, ou seja, o mapeamento em si. Em 2004, para superar a carência de informações acerca do setor museal no Brasil e a necessidade de conhecê-lo melhor, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fomentou um conjunto de iniciativas com este foco e criou o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Entre os seus objetivos, o eixo 1 (um) previa ações de coleta de dados, identificação, cadastramento e articulação de instituições com o propósito de “mapear para agir” (IBRAM, 2011 a).

De lá para cá, a institucionalização das políticas para os museus vêm se consolidando no país e a criação do Instituto Brasileiro de Museus

(IBRAM), em 2009, foi o marco que oficializou a entidade responsável pelo desenvolvimento e implementação dessas políticas no país.

É nesse contexto que o Projeto do “Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil” surge no ano de 2018, como uma iniciativa da ABA junto às comunidades e populações tradicionais brasileiras que se soma aos ideais da PNM. Naquele ano, durante a realização da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), ocorreram várias mesas-redondas que uniram antropólogos, lideranças indígenas e comunitárias com ideais de museologia colaborativa, restando unânime nas falas a necessidade de saber e conhecer onde estão objetos e coleções das populações tradicionais e comunidades originárias.

Em 2023, o CNPq passa a apoiar a iniciativa sob a coordenação geral da UFF para o desenvolvimento do BD. Naquele ano, já se registravam mais de 200 (duzentas) instituições ou iniciativas com coleções etnográficas mapeadas e localizadas pelo projeto (Russi *et. al.*, 2024). De lá para cá, o número de instituições e iniciativas contactadas e em processo de cadastramento segue crescente e reconhecidamente desafiador, tendo em vista a dispersão destas coleções no território nacional, a carência das informações e os recursos do Projeto, em termos humanos e materiais.

4.2 Catalogação e registro

O Cadastro Nacional de Museus (CNM), lançado em 2006 pelo IBRAM, foi a origem de desenvolvimento de instrumentos que visassem o conhecimento e o mapeamento dos museus no Brasil. Desde então, foram catalogadas mais de 3.700 (três mil e setecentas) instituições museológicas no Brasil, o que viabilizou divulgar o registro destas informações em publicações como a “Museus em Números” (IBRAM, 2011a; 2011b) e o “Guia dos Museus Brasileiros” (IBRAM, 2011 c). Estes dados sistematizados pelo CNM se tornaram ponto de partida para os levantamentos preliminares do Projeto “Mapeamento das coleções etnográficas no

Brasil” (Russi & Santos, 2018) e o inspirou, na medida em que ele complementa o CNM, contribuindo com o aprimoramento dos dados e sua divulgação, sobretudo ao qualificar os registros acerca das coleções etnográficas preservadas no país, colaborando para a formulação e/o monitoramento de políticas públicas para o campo museal.

Junto ao CNM, ao Registro de Museus (RM) e a outras iniciativas da PNM e do IBRAM, a plataforma **Museusbr** (<https://cadastro.museus.gov.br>), criada em 2017, é considerada como o sistema nacional de mapeamento e identificação de museus no país para a gestão e o compartilhamento de informações sobre estas instituições. Desenvolvida também com o *free software* Tainacan, incorpora aspectos de colaboração, descentralização, uso de dados abertos e transparência entre os desenvolvedores e os usuários. Nesse mesmo sentido, o projeto “Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil” persegue a ideia de disponibilidade de informações destas coleções, criando e incorporando a um BD colaborativo, descentralizado, dados abertos e transparentes sobre o catálogo, a localização, as instituições, iniciativas e as comunidades que representam e abrigam estas coleções, para além do foco destas coleções etnográficas estarem preservadas em museus, incluindo de maneira ampliada os entes que possuem acervos etnográficos.

4.3 Criação do BD

Com base no F2, foi desenvolvido e publicado o principal resultado do Projeto, um BD, cujas informações que o integram estão na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Esquema de modelagem do BD Tainacan

Campo	Descrição	Metadado	Representação no Tainacan
Data de preenchimento	Data em que o formulário foi preenchido	Data	Metadado administrativo
Nome da instituição	Nome da entidade responsável pelo acervo	Texto livre	Campo obrigatório
Natureza jurídica	Pública / Privada	Caixa de seleção	Faceta (filtro)
Cidade / Estado	Localização geográfica	Texto	Geolocalização / Filtro geográfico
Endereço completo	Endereço postal da instituição	Texto	Informativo
E-mail institucional	Contato oficial	E-mail	Campo de contato
Redes sociais	Links de mídias sociais	URL	Link externo
Telefone	Contato telefônico	Número	Informativo
Site	Endereço eletrônico	URL	Link externo
Responsável pelo acervo	Nome, setor e contato	Texto	Campo livre
Breve descrição institucional	Histórico, perfil, missão, tipo de coleção	Texto longo	Campo descritivo principal
Imagem institucional	Logotipo, arte ou símbolo representativo	Imagem	Mídia destacada
Tipologia do acervo	Ex: indígena, afro-brasileiro, sertanejo, caçara etc.	Caixa de múltipla escolha	Faceta
Tipos de materiais	Ex: artefatos, textos, fotografias, filmes/vídeos, sonoros	Caixa de múltipla escolha	Faceta
Grupos sociais de origem	Ex: Quilombola, Vão de Almas (GO), Povo Xikrin (PA)	Texto estruturado	Campo principal de contextualização
Abrangência temporal	Período dos objetos coletados ou representados	Intervalo de datas	Filtro de período
Tombamento ou proteção legal	Informação sobre proteção patrimonial legal	Texto livre	Campo descritivo
Órgão de proteção	Nome da instituição responsável (ex: IPHAN, IBRAM)	Texto	Campo descritivo
Materiais de referência textual (online ou físico)	Livros, artigos, documentos	Lista de URLs ou citações	Campo com link e/ou metadado bibliográfico
Materiais de referência midiática	Fotos, vídeos, músicas	URL / Link	Galeria / Mídia anexada
Observações adicionais	Notas relevantes incluídas pela instituição	Texto livre	Campo adicional

Fonte: Elaboração própria (2025)

Essa estrutura representa os 36 (trinta e seis) campos principais do F1, suas categorias, e como estão associados à interface pública de acesso no Tainacan. Os campos que foram modelados como chaves primárias do banco, permitem relações entre a instituição e a tipologia do acervo; entre o acervo e o grupo social representado, entre a tipologia e o material de suporte, e entre a instituição e a documentação referenciada. Essas relações foram modeladas via taxonomias e relacionamentos no Tainacan, promovendo recuperação estruturada e a interoperabilidade dos dados.

4.4 Plataforma do projeto

Embora o Tainacan ofereça suporte para publicação *web*, a disponibilidade do BD se deu a partir de uma plataforma (*site*), a exemplo de

outras instituições que utilizam esta aplicação. O ambiente virtual <https://colecoesetnograficas.uff.br> (Figura 5), acessível ao público em geral, incorpora o BD e as informações institucionais do projeto.

Figura 5 - Plataforma do Projeto

Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025)

A plataforma visa, portanto, reunir e divulgar as informações sobre coleções etnográficas ligadas aos diversos grupos sociais existentes no Brasil, abrigadas por museus, centros culturais e iniciativas de memória catalogadas no BD, bem como oferecer os conceitos, o histórico, a organização das equipes de trabalho, os parceiros institucionais e o acesso aos materiais de difusão científica e educacional de todo o projeto.

As coleções estão categorizadas de forma estruturada sob os critérios elaborados pela ABA, como tipologia do acervo (ex: indígena, sertanejo, arte popular), tipo de suporte (artefatos, vídeos, fotografias), localização geográfica (por região e estado), além de unidades federativas de origem, oferecendo filtros temáticos e geográficos que facilitam a busca e o acesso às informações. Uma ferramenta de geolocalização também permite visualizar no mapa onde estão estas coleções (Figura 6).

Figura 6 - Organização da busca



Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025)

A plataforma conta ainda com uma barra de busca que permite filtrar registros por instituição, título, suporte, comunidade, localização, entre outros parâmetros, tornando a navegação intuitiva e eficaz para a diversidade de usuários almejados. Por isso também, há uma seção de glossário com termos técnicos e conceituais que ajudam na compreensão e na navegação da plataforma (Figura 7).

Figura 7 - Barra de busca



Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025)

Assim, seja por palavras-chave, seja por taxonomias ou localização geográfica, as informações do BD estão acessíveis. Este repositório já contempla registros em caráter experimental de algumas coleções etnográficas brasileiras e evidencia o papel das tecnologias digitais no registro, na organização, na gestão cultural e na democratização da informação patrimonial.

4.5 Difusão e educação

Finalmente, o quinto e não menos importante resultado do projeto consiste no engajamento produzido com os materiais educativos e as estratégias de difusão para uso da BD por diferentes públicos, desde pesquisadores até crianças em idade escolar.

Nesse sentido, a plataforma inclui uma seção voltada à difusão científica e educacional, onde estão disponíveis materiais didáticos, guias de estudo, planos de aula e atividades interativas destinadas a educadores, estudantes e pessoas interessadas no tema. Também há uma biblioteca virtual com livros, relatórios e publicações gerados pela equipe do Projeto (figura 8).

Figura 8 - Seção de difusão e materiais didáticos



Fonte: <https://colecoesetnograficas.uff.br> (2025)

Também os usuários são convidados a colaborarem com novas informações sobre acervos, coleções etnográficas por meio de um formulário eletrônico presente no *site*, de *e-mail* e ainda através das mídias sociais *Facebook* (@colecoesetnograficasbr), *YouTube* (@colecoesetnograficasbr) e *Instagram* (@colecoesetnograficasbr).

5 Considerações finais

O desenvolvimento do BD do projeto “Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil” evidencia a importância de integrar fundamentos teóricos da Ciência da Informação, da Museologia e da Antropologia com soluções técnicas proporcionadas pelas tecnologias digitais. O processo permitiu não apenas sistematizar informações dispersas sobre acervos etnográficos, mas também fortalecer iniciativas de representação cultural, custódia compartilhada e uso social do conhecimento, conforme preconizado pelas abordagens participativas e decoloniais, bem como pelas práticas críticas das HD.

As etapas metodológicas – desde a concepção do projeto, a definição de seus objetivos e o delineamento conceitual dos dados, até a análise dos requisitos funcionais, a estruturação relacional baseada no Formulário A (F1), a modelagem das chaves primárias e a normalização terminológica – foram conduzidas por uma rede interdisciplinar de pesquisadores, articulada regionalmente. A construção do modelo de dados, com base nos 36 (trinta e seis) campos padronizados derivados do F1, possibilitou o mapeamento de coleções heterogêneas a partir de uma estrutura semântica coerente, permitindo o cruzamento eficiente de dados sem comprometer a diversidade e os contextos de origem dos acervos.

A escolha por tecnologias livres, por sua vez, como o MySQL e o Tainacan, revelou-se estratégica para assegurar a transparência, a flexibilidade e a sustentabilidade da iniciativa, respeitando-se os padrões internacionais de interoperabilidade e democratizando o acesso à informação. A estrutura relacional adotada, compatível com SQL e interoperável com outras ferramentas, favorece tanto a recuperação eficaz dos dados quanto a futura integração com repositórios complementares, como o CNM. O resultado é um BD público, adaptável e escalável, que já conta com contribuições relevantes para o mapeamento, a catalogação e a visibilidade das coleções etnográficas no Brasil.

Por fim, os resultados alcançados destacam o potencial do projeto para subsidiar políticas públicas culturais, fortalecer redes de pesquisa, promover a valorização dos acervos e ampliar os meios de difusão e educação patrimonial, sobretudo entre os povos representados pelas coleções etnográficas. Ao oferecer uma plataforma aberta e participativa, fundamentada em princípios de equidade informacional e respeito à diversidade cultural, a iniciativa contribui com um instrumento concreto para o reconhecimento, a preservação e a circulação do patrimônio cultural brasileiro em sua pluralidade, especialmente em contextos historicamente marginalizados nos processos tradicionais de curadoria.

6 Referências

- Alves, D. (2016). As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. *Ler História*, 69. 91-103.
<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2496>
- Araraki, F., & Arakaki, A. (2021). Metadados e tipos de metadados: conceitos, categorias e relações. *Inclusão Social*, 14(2). 59-81.
<https://doi.org/10.18225/inc.soc.v14i2.6407>
- Brandão, M., & Reis, J. (2025). El desarrollo de Bases de Datos de colecciones museográficas: consideraciones de una experiencia brasileña. Em G. Torres Vargas (Ed.), *Bibliotecas, Archivos y Museos digitales (BAM). Coincidencias en su desarrollo*. (pp. 115-130). IIBI/UNAM.
- Hartman, S. (2020). Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 12-33.
<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>
- IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus (2011). *Museus em números*, v. 1.
<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/museus-em-numeros-volume-1.pdf/view>
- IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus (2011). *Museus em números*, v. 2.
<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e>

- documentos/museus-em-numeros-volume-2-2013-parte-2/view
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. (2011). Guia dos Museus Brasileiros. https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sul.pdf
- Instituto Brasileiro de Museus. (2025, 20 de julho). Cadastro Nacional de Museus. <https://cadastro.museus.gov.br>
- Knauss, P., & Carvalho, B. L. P. (2019). Museus para se pensar o presente em perspectiva histórica. Em B. Leal Pastor Carvalho, & A. P. Tavares Teixeira (Eds.), *História Pública e divulgação de História*. (pp. 139-153). Letra e voz.
- López, M. (2024, 17 de fevereiro). Base de dados: o coração da era digital. IMMUNE Technology Institute. <https://immune.institute/blog/bases-de-datos-ejemplos-y-aplicaciones/>
- Lucchesi, A., Sossai, F., Prado, G., Correa, L. O., Albaine, M., Silveira, P. T., Bonaldo, R. B., & Junior, W. S. (2021). Quais os limites da história digital em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade social? Em J. Rabêlo Almeida, & R. Rosa Rodrigues (Eds.), *História Pública em movimento*. (pp. 61-87). Letra e voz.
- Martins, D. L., & Silva, M. F., & Carmo, D. (2018). Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. Em *Questão*, 24(1), 194-216. <https://doi.org/10.19132/1808-5245241.194-216>
- Mbembe, A. (2002). The power of the Archive and its Limits. Em C. Hamilton, V. Harris, J. Taylor, & et. al. (Eds.), *Refiguring the Archive*. (pp. 19-26). Springer.
- Oliveira, R. C. (1996). O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, 39(1). 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>
- Pagani, M. L. (2010). Introdução às organizações públicas: marco conceitual e características. Em VI Jornadas de Sociologia da UNLP, La Plata, Argentina. https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5343/ev.5343.pdf
- Rocha, M. L. (2012). Escutar a escrita: por uma teoria literária ameríndia. *O eixo e a roda*, 21(2). 179-202. <https://doi.org/10.17851/2358-9787.21.2.179-202>
- Ribeiro, B. (1994). Etnomuseologia: da coleção à exposição. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 4. (pp. 189-201). <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1994.109204>
- Russi, A., van Velthem, L. H., & Cury, M. X. (2022). Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: três relatos de um percurso em formação. Em J. Cavignac, R. Abreu, & S. Vassallo (Eds.), *Patrimônios e museus: inventando futuros*. (pp. 377-415). ABA Publicações e EDUFRRN.
- Russi, A., Braga, G. G., & Brandão, M. (2024). Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: percursos e contribuições à PNM. Em Calabre, Lia (org.). *Anais do XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais*, (pp. 180-193). Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Smart Data. (2023). La historia de SQL: el lenguaje de base de datos más popular. <https://smartdata.com.pe/sqlhistoriayevolucio>
- Tainacan. (2024, 16 de setembro). Blog do Tainacan. <https://tainacan.org/es>
- Universidade Federal Fluminense. (2025, 20 de julho). Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil. <https://colecoesetnograficas.uff.br>
- Velázquez, César. (2006). “Servicios bibliotecarios y de información en comunidades indígenas: una perspectiva interdisciplinaria”. In Arellano, Filiberto., & Juan González (Eds.), *Problemas y métodos de investigación en Bibliotecología e Información. Una perspectiva interdisciplinaria: memoria del XXIII Coloquio de Investigación Bibliotecológica y de la información*. (pp.173-180). IIBI/UNAM.
- Wazlawick, R. S. (2010). Uma reflexão sobre a pesquisa em Ciência da Computação à luz da classificação das Ciências e do Método Científico. *Revista de Sistemas de Informação da FMSA*, 6. 3-10.
- Wichers, C. Z. M. (2019). Sobre a musealização de acervos iny-karájá: desafios e possibilidades

para uma prática decolonial. *Habitus*, 17(1).
53-76.
<https://doi.org/10.18224/hab.v17i1.7258>